

# Novidades Legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos Sociedade de Advogados RL

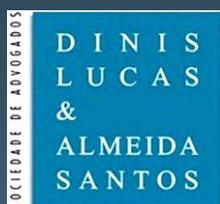
25 a 29 de Novembro de 2013



## DESTAQUES

DE 25 A 29 DE NOVEMBRO

*Boutique law firm*



geral@dlas.pt

[www.dlas.com.pt](http://www.dlas.com.pt)

217 816 010

Av. Republica n° 50

7-A

1050-196

Lisboa

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Despacho n.º 15492/2013, de 27 de Novembro](#)

**(Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro)**

Concede tolerância de ponto aos trabalhadores que exercem funções públicas no Estado, nos institutos públicos e nos serviços desconcentrados da administração central no dia 24 e na tarde do dia 31 de Dezembro de 2013

[Tribunal Constitucional declara constitucional a LEI DAS 40 HORAS na Função Pública](#)

[Acórdão n.º 794/2013](#)

Processos n.ºs 935/13 e 962/13

[Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro](#)

**(Assembleia da República)**

Estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afectação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 74/70, de 02 de Março, à décima segunda alteração

ao Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de Junho, revogando a Lei n.º 53/2006, de 07 de Dezembro.

## **JUSTIÇA**

[Portaria n.º 344/2013, de 27 de Novembro](#)

### **(Ministério da Justiça)**

Define o serviço competente para organizar a lista de mediadores de conflitos, bem como os requisitos de inscrição, a forma de acesso e divulgação da mesma.

[Portaria n.º 345/2013, de 27 de Novembro](#)

### **(Ministério da Justiça)**

Regula o regime aplicável à certificação de entidades formadoras de cursos de mediação de conflitos e revoga a Portaria n.º 237/2010, de 29 de Abril.

[Despacho n.º 15630/2013, de 29 de Novembro](#)

### **(Ministério da Justiça - Gabinete da Ministra)**

Prorroga o prazo para a Comissão de revisão do Código do Procedimento Administrativo, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos concluir os seus trabalhos.

## **FINANÇAS/ FINANCEIRO/ FISCAL**

[Despacho n.º 15378/2013, de 26 de Novembro](#)

### **(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)**

Prorroga o prazo para as entidades a que se refere o n.º 1 do artigo do artigo 2º do caderno de encargos do processo de reprivatização das empresas seguradoras do grupo Caixa Geral de Depósitos que integra o anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 57-A/2013, de 30 de agosto, procederem à apresentação de propostas vinculativas de aquisição de acções objecto de venda directa.

## **BANCO DE PORTUGAL**

[Relatório de Estabilidade Financeira - Novembro 2013](#)

Estudo 13 da Central de Balanços - Análise Sectorial das Empresas Não Financeiras em Portugal 2012-2013

## **ISP - INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL**

[Norma regulamentar do Instituto de Seguros de Portugal n.º 8/2013-R. D.R. n.º 229, Série II de 2013-11-26](#)

**Instituto de Seguros de Portugal**

Norma regulamentar n.º 8/2013-R: estabelece os índices trimestrais de actualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza», com início ou vencimento no 1.º trimestre de 2014

**CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS**

[Instrução da CMVM n.º 4/2013 - Carteira de Organismos de Investimento Colectivo](#)

**AT – AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA**

[Instrução da CMVM n.º 4/2013 - Carteira de Organismos de Investimento Colectivo](#)

**IMOBILIÁRIO – CERTIFICAÇÃO ENERGÉTICA DE EDIFÍCIOS**

[Portaria n.º 349-A/2013. D.R. n.º 232, Suplemento, Série I de 2013-11-29](#)

**Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia**

Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as actividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)

[Portaria n.º 349-B/2013. D.R. n.º 232, Suplemento, Série I de 2013-11-29](#)

**Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia**

Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção

**AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS**

[Portaria n.º 349/2013, de 29 de Novembro](#)

**(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Procede à alteração do Regulamento da Pesca por Arte de Arrasto, aprovado pela Portaria n.º 1102-E/2000, de 22 de Novembro.

[Portaria n.º 343/2013, de 25 de Novembro](#)**(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Estabelece, para o continente, as normas complementares de execução para o cumprimento da prestação vínica e as normas complementares da ajuda a atribuir aos destiladores que transformem os subprodutos da vinificação na campanha vitivinícola de 2013-2014.

[Portaria n.º 346/2013, de 27 de Novembro](#)**(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Define o regime de produção e comércio dos vinhos e demais produtos vitivinícolas da indicação geográfica (IG) «Península de Setúbal». Revoga a Portaria n.º 695/2009, de 29 de Junho.

**CULTURA**[Despacho n.º 15377/2013, de 26 de Novembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e da Educação e Ciência - Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças, do Ministro da Educação e Ciência e do Secretário de Estado da Cultura)**

Cria, na dependência dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e da educação, o Grupo de Projecto para o Plano Nacional do Cinema.

[Portaria n.º 830/2013, de 28 de Novembro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças - Gabinetes dos Secretários de Estado da Cultura e Adjunto e do Orçamento)**

Fixa a importância a despende pela Direção-Geral das Artes no âmbito da Candidatura «Pegada Cultural». CMVM – alerta os investidores sobre a Financiamus Group

**ENERGIA**[Despacho n.º 15674-B/2013, de 29 de Dezembro](#)**Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia**

Determina os valores para efeitos da remuneração do alisamento quinquenal dos proveitos permitidos para o ano de 2014.

[Regulamento n.º 455/2013. D.R. n.º 232, Série II de 2013-11-29](#)**Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos**

Regulamento de Qualidade de Serviço do Sector Eléctrico

[Despacho n.º 15674-B/2013, D.R. n.º 232, 2.º Suplemento, Série II de 2013-11-29](#)

**Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado da Energia**

Determina os valores para efeitos da remuneração do alisamento quinquenal dos proveitos permitidos para o ano de 2014

## **ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

[Lei n.º 79/2013, de 26 de Novembro](#)

**(Assembleia da República)**

Procede à quarta alteração à Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, sobre o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal.

## **REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA**

[Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2013/M, de 25 de Novembro](#)

**(Região Autónoma da Madeira - Presidência do Governo)**

Procede à primeira alteração ao Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2012/M, de 1 de Junho que aprova a orgânica da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais.

## **SAÚDE**

[Despacho n.º 15423/2013, de 26 de Novembro](#)

**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)**

Cria os grupos de coordenação regional e local do Programa de Prevenção e Controlo de Infecções e de Resistência aos Antimicrobianos.

[Portaria n.º 347/2013, de 28 de Novembro](#)

**(Ministério da Saúde)**

Estabelece os requisitos mínimos relativos à organização e funcionamento, recursos humanos e instalações técnicas para o exercício da actividade das unidades privadas de diálise que prossigam actividades terapêuticas no âmbito da hemodiálise e outras técnicas de depuração extracorporeal afins ou de diálise peritoneal crónica.

## SEGURANÇA SOCIAL

[Despacho n.º 15586/2013, de 28 de Novembro](#)

**(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)**

Determina a constituição do Núcleo para a Língua Gestual Portuguesa.

[Despacho n.º 15587/2013, de 28 de Novembro](#)

**(Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social)**

Determina o conjunto do segundo grupo de territórios abrangidos pelo Programa CLDS+

## TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[Despacho n.º 15625/2013, de 29 de Novembro](#)

**(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Gabinete do Ministro)**

Estabelece o regulamento de acesso e utilização das Salas das Altas Entidades dos aeroportos públicos nacionais.

## TURISMO E LAZER

[Despacho n.º 15420/2013, de 26 de Novembro](#)

**(Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza)**

Determina o relevante interesse público do estabelecimento de restauração e bebidas, com valências nas áreas de eventos sociais, turísticos e infantis, sito na Quinta do Paúl, na freguesia da Ortigosa, concelho de Leiria.

## TMT

Conclusões do advogado-geral no processo C-314/12 - Tribunal de Justiça da União Europeia

Segundo o advogado-geral Pedro Cruz Villalón, pode ser imposto a um fornecedor de serviços de Internet que bloqueie aos seus clientes o acesso a um sítio Internet que viola direitos de autor

Esta injunção judicial deverá designar as medidas de bloqueio concretas e garantir um equilíbrio adequado entre os interesses em confronto, protegidos por direitos fundamentais

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 81-A/2013. D.R. n.º 231, Suplemento, Série I de 28 de Novembro de 2013](#)

### **Presidência do Conselho de Ministros**

Delega no Ministro da Economia, a competência para a prática dos actos decorrentes da [Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2012](#), de 22 de maio, que aprova a contratação da prestação do serviço universal de comunicações electrónicas, define os termos dos respectivos procedimentos concursais e autoriza a despesa inerente

## **PORTAL DO GOVERNO**

### **COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013**

Foi aprovado o seguinte:

- O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o regime de salvaguarda de activos estratégicos essenciais para a defesa e segurança nacional e para a segurança do aprovisionamento do País em serviços fundamentais para o interesse nacional, nas áreas da energia, transportes e comunicações, através da instituição de um procedimento de avaliação às operações relativas a esses activos.
- O Conselho de Ministros aprovou a actualização do Plano Nacional de Emergência de Protecção Civil (PNEPC), revendo o Plano actualmente em vigor e que data de 1994.
- O Conselho de Ministros aprovou um diploma que regulamenta o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares dos ensinos básico e secundário.
- O Conselho de Ministros aprovou a revisão do regime jurídico da formação contínua de professores, definindo o respectivo sistema de coordenação, administração e apoio
- O Conselho de Ministros aprovou a alteração do regime de exercício de funções e o estatuto do pessoal do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América sobre Actividades Remuneradas dos Dependentes dos Membros das Missões Diplomáticas e Postos Consulares designados para funções oficiais.

- O Conselho de Ministros delegou no Ministro da Economia a competência para a prática dos actos decorrentes da contratação da prestação do serviço universal de comunicações electrónicas, definidos os termos dos respectivos procedimentos concursais.
- O Conselho de Ministros que autorizou a despesa com a aquisição de dois prédios urbanos pelo Estado Português ao Município de Lisboa.
- O Conselho de Ministros aprovou a designação do conselho directivo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., para o triénio de 2013-2015.
- O Conselho de Ministros aprovou a designação dos membros do conselho de curadores da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.
- O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza entidades do Ministério da Educação e Ciência a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de electricidade em regime de mercado livre, através da abertura do respectivo procedimento aquisitivo pela Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Educação e Ciência.
- O Conselho de Ministros deliberou a constituição de um grupo interministerial para promover e rentabilizar a utilização dos dados do satélite de observação terrestre e marítima, propiciados pela participação de Portugal na Agência Espacial Europeia, nos serviços da Administração Pública.

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA EU

- **ACTOS LEGISLATIVOS**

[Rectificação ao Regulamento \(UE\) n.o 575/2013](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento e que altera o Regulamento (UE) n.o 648/2012 (*JO L 176 de 27.6.2013, p. 1*)

- **ACTOS NÃO LEGISLATIVOS**

[Acordo Interinstitucional entre o Parlamento Europeu e o Banco Central Europeu](#) sobre as modalidades práticas do exercício da responsabilidade democrática e do controlo sobre o exercício das atribuições conferidas ao BCE no quadro do Mecanismo Único de Supervisão

[Rectificação do Regulamento \(UE\) n.o 1071/2013 do Banco Central Europeu](#), de 24 de Setembro de 2013, relativo ao balanço do sector das instituições financeiras monetárias (BCE/2013/33) ( JO L 297 de 7.11.2013)

[Rectificação do Regulamento \(UE\) n.o 1073/2013 do Banco Central Europeu](#), de 18 de Outubro de 2013, relativo às estatísticas de activos e passivos de fundos de investimento (BCE/2013/38) ( JO L 297 de 7.11.2013)

[Rectificação do Regulamento \(UE\) n.o 1074/2013 do Banco Central Europeu](#), de 18 de Outubro de 2013, relativo aos requisitos de informação estatística aplicáveis às instituições de giro postal que recebem depósitos do sector não monetário residente na área do euro (BCE/2013/39) ( JO L 297 de 7.11.2013)

[Rectificação do Regulamento \(UE\) n.o 1075/2013 do Banco Central Europeu](#), de 18 de Outubro de 2013, relativo às estatísticas dos activos e passivos das sociedades de titularização envolvidas em operações de titularização (BCE/2013/40) ( JO L 297 de 7.11.2013)

## **CONSELHO DA EUROPA**

### [Consulta pública sobre o futuro do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem](#)

O Conselho da Europa lançou uma consulta pública sobre o futuro do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH), com enfoque, entre outras matérias, no papel do TEDH na protecção e na interpretação dos direitos individuais, nas eventuais reformas para reduzir a pendência judicial no Tribunal e no procedimento de execução das decisões judiciais e o papel das autoridades nacionais neste procedimento.

## **COMISSÃO EUROPEIA**

### [UE toma medidas para combater a evasão fiscal das empresas](#)

As alterações introduzidas no regime fiscal aplicável às empresas na UE visam aumentar as receitas dos orçamentos nacionais e criar condições de concorrência equitativas colmatando lacunas utilizadas por algumas empresas para evitar pagar impostos

### [Comissão propõe regras com vista à protecção contra o roubo de informações comerciais confidenciais](#)

A proposta de directiva introduz uma definição comum para o conceito de segredos comerciais, bem como meios através dos quais as vítimas de apropriação ilegal de segredos comerciais podem obter reparação. Facilitará aos tribunais nacionais o processamento dos casos de apropriação ilegal de informações comerciais confidenciais, bem como a retirada do mercado dos produtos infractores do segredo comercial, facilitando às vítimas a obtenção de indemnizações na sequência de actos ilegais.

[Arranca o EUROSUR, um novo instrumento para salvar a vida aos migrantes e prevenir a criminalidade nas fronteiras da UE](#)

Em 2 de Dezembro de 2013, o sistema europeu de vigilância das fronteiras (EUROSUR) ficará operacional. O EUROSUR será um contributo decisivo para salvar a vida das pessoas que procuram, correndo grandes riscos, atingir as costas europeias. Além disso, a UE e os Estados-Membros passarão a dispor de instrumentos mais adequados para combater a criminalidade transfronteiriça, como o tráfico de seres humanos ou o tráfico de droga e, simultaneamente, para detectar e prestar assistência às pequenas embarcações em dificuldades, no pleno respeito das obrigações europeias e internacionais, nomeadamente o princípio da não repulsão.

## **2 de Dezembro de 2013**

---

A ser distribuída e consultada por Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não dispensando assistência profissional qualificada e apreciação casuística. O contexto da presente não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do autor. Para qualquer esclarecimento adicional sobre este assunto contacte-nos: geral@dlas.pt

---